

GOVERNO MUNICIPAL DE MERUOCA

PARECER JURÍDICO

Processo de Dispensa de Licitação n. 2010.001/2021

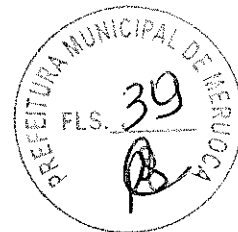
Interessado(a): Secretaria de Educação do Município de Meruoca/Ce

Objeto: SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E SERVIÇOS CORRELATOS, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, CERIMONIAL, PRODUÇÃO E ASSESSORIA DE EVENTOS, LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO ADEQUADOS, EQUIPAMENTOS DE SOM, ACESSÓRIOS, INSUMOS, SERVIÇOS, DE BUFFET E TODAS OS DEMAIS MATERIAIS E/OU SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS À PLENA EXECUÇÃO DA FESTIVIDADE EM ALUSÃO AO DIA DOS PROFESSORES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE.

Trata o presente expediente de solicitação de análise jurídica acerca do procedimento de contratação direta, fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei de Licitações, para a contratação de serviços de organização de eventos e serviços correlatos, compreendendo a organização, execução, operacionalização, cerimonial, produção e assessoria de eventos, locação de mobiliário adequados, equipamentos de som, acessórios, insumos, serviços, de buffet e todas os demais materiais e/ou serviços indispensáveis à plena execução da festividade em alusão ao dia dos professores, através da secretaria de educação do município de Meruoca-Ce.

Breve é o relato. Passo a opinar.

Inicialmente, quanto à questão procedimental, verifico que o presente procedimento licitatório encontra-se devidamente atuado e numerado; há requisição/justificativa acerca da necessidade do objeto a ser adquirido; autorização da autoridade competente permitindo o início do processo de contratação; declaração do responsável pelo Setor de Contabilidade atestando a existência de dotação orçamentária



GOVERNO MUNICIPAL DE MERUOCA

específica para cobertura/realização da despesa com indicação das respectivas rubricas; manifestação pela aplicação ao caso concreto da hipótese legal de dispensa de licitação; além de pesquisa de mercado composta por 3 (três) orçamentos.

A licitação é procedimento obrigatório à Administração Pública para efetuar suas contratações, consoante preceitua o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal de 1988, ressalvados os casos em que a Administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-se dispensada, dispensável e inexigível.

Da análise da situação fática aqui disposta é destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração Pública, já que resta configurada situações legais previstas no art. 24, da lei nº 8.666/93, mais especificamente, em seu inciso II.

Todavia, devem os organizadores do evento obediência aos protocolos sanitários em obediência aos decretos estaduais e municipais que regem o tema, bem como o evento deve ser realizado em local público ou aberto ao público já que será custeado com verbas públicas.

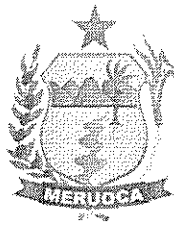
No tocante ao valor do procedimento, segundo a Lei Federal n. 8.666/93, em hipóteses tais, a Administração Pública pode realizar a contratação direta das referidas aquisições, mediante contratação direta, conforme dispõe o art. 24, inciso II do referido diploma *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Diz o art. 23, na alínea "a", do inciso II, do diploma supramencionado:



GOVERNO MUNICIPAL DE MERUOCA

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Ocorre que, por força de diploma federal houve atualização dos valores das modalidades de licitação, no caso de dispensa para a contratação de serviços, no valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), segundo o art. 24, inc. II c/c art. 23, inc. II, "a" da Lei 8.666/93 c/c art. 1º do Decreto Federal nº 9.412/2018.


Assim, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos, bem assim diante das peculiaridades do caso concreto, OPINO pela REGULARIDADE do procedimento licitatório, até o presente momento, desde que cumpridos/observados, ainda, os requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Ressalvado o caráter opinativo desta alçada jurídica, e com o inarredável respeito ao entendimento diverso.

É o parecer.

Salvo melhor juízo.

Meruoca/Ce, em 20 de outubro de 2021.


Orelly Gabriel do Nascimento
Procurador-geral do Município
Port. 002/2021 – OAB/CE 33333